

# HISTÓRIA

N.º 52 Fevereiro de 1983 Preço 70\$00

## A revolta de 3 de Fevereiro de 1927

A epopeia da máquina a vapor

Propriedade de  
Publicações Projornal, Ld.<sup>a</sup>

Director de Edições  
José Carlos de Vasconcelos

Adjuntos  
Manuel Beça Múrias  
e Pedro Rafael dos Santos

Direcção de Administração  
António Gomes da Costa  
Henrique Segurado Pavão  
e José Silva Pinto

Secretário-geral  
Silva Costa

# HISTÓRIA

Director: Luis Almeida Martins  
Adjunto: Pedro Rafael dos Santos

Colaboram neste número: Ana Cristina Vasconcelos, Célia Garrett Paixão, Fonseca Vaz, Ilídio Rocha, José Borrêgo e José Carlos Vilhena Mesquita.

Departamento Fotográfico: Joaquim Lobo, Inácio Ludgero e Joaquim Bizarro

Departamento Gráfico: João Segurado, José Pinto Nogueira, António Martins e Carlos Tavares, com a colaboração de Joaquim de Brito e José Manuel da Nóbrega.

Serviço de Apoio: Maria João Leitão Múrias e Teresa Brás (Documentação), Helena Garcia (Secretariado).

Sede da Redacção e Administração: Avenida da Liberdade, 232-r/c dt.º — 1200 Lisboa. Telefones: 574520 / 574593 / 574643. Telex: 18386.

Serviços Administrativos e Comerciais: Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º — 1100 Lisboa. Telefones: 40437 / 41260 / 574520 / 574593 / 574643.

Delegação no Porto: Redacção e Publicidade, Rua Formosa, 187.1.º — 4000 Porto. Telefone: 384611.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada. Avenida da Liberdade, 232-r/c dt.º — 1200 Lisboa. Telefones: 574520 / 574593 / 574643.

Impressão e acabamento: Gráfica Europam, Limitada — Mem Martins

Distribuição: Dijornal — Distribuidora de Livros e Periódicos, Limitada. Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º dt.º 1100 Lisboa. Telefones: 657350 / 657450 / 657870

# HISTÓRIA

Publicação mensal  
N.º 52 Fevereiro 1983

## Sumário

O 3 de Fevereiro de 1927 José Borrêgo .....	2
História da locomotiva a vapor Fonseca Vaz .....	26
«O homem que não ri» Ilídio Rocha .....	42
As feiras medievais portuguesas Ana Cristina Vasconcelos e Célia Garrett Paixão .....	58
Ensino Universitário antes de Pombal José Carlos Vilhena Mesquita .	71
Jogos de Guerra Victor Amorim .....	86
Notícias .....	89
Livros .....	92

# O ensino universitário antes das reformas pombalinas

*José Carlos Vilhena Mesquita*

Praticamente desde a sua chegada a Portugal, os Jesuítas dominaram, incontestavelmente, o Ensino desde o grau elementar até ao Superior. A sua entrada no País data de 1540 a convite de D. João III que, por influência do doutor Diogo de Gouveia, os chamou e evangelizar os gentios da Índia (1).

Na verdade, a regra geral da Companhia preconizava, como essência do seu próprio fundamento, o apostolado da evangelização, não só na Europa Reformista como, principalmente, na África, na Ásia e na América. Tal objectivo veio a ser atingido e, numa perspectiva colonialista-europocentrista, com bastante êxito, pois que, em certa medida, conseguiram ocidentalizar as culturas autóctones submetendo-as à autoridade do branco invasor. Sem o seu contributo, talvez a língua e a cultura portuguesa não fosse hoje tão falada no mundo. Talvez a escravatura não tivesse sido exterminada mais cedo. Talvez o racismo se tivesse acentuado com mais acuidade. Talvez, enfim, nunca mais acabariam as suposições à volta da missão jesuítica (2).

Mas, não é isso, especialmente, o que nos traz hoje a terreiro, mas sim o monopolismo inaciano no campo da pedagogia e da cultura em Portugal. Se bem que seria de todo imprescindível conhecer a sua orientação no campo do ensino básico, resolvemos, numa tentativa de encurtar a nossa exposição,

analisar apenas a sua influência no ensino Universitário. O seu domínio estendia-se às duas únicas Universidades existentes no País: Coimbra e Évora. É de ambas que iremos falar em seguida.

A Universidade, como instituição pública, estava, logicamente, dependente da autoridade régia, embora, neste caso, o monarca surja aos olhos dos seus súbditos, mais como um «protector» do que propriamente como um senhor absoluto. Estavam-lhe determinadas as tarefas de anular, acrescentar ou aprovar os Estatutos que regiam o órgão em si. Podia igualmente, quando o desejasse criar excepções de privilégio ou dispensa de obrigações a determinados professores ou alunos em qualquer altura, mesmo que isso dosse contra o espírito dos próprios Estatutos. Competia-lhe a nomeação do reitor (3), do conservador e do ouvidor. Podia criar disciplinas novas e aprovar as que lhe fossem sugeridas. Jubilar os lentes e aposentar outros oficiais da Universidade. Aprovar as despesas anuais, os gastos excessivos ou anormais. Reformar ou visitar

a Universidade e nomear pessoas, conselheiros e outros funcionários que junto dele, na corte ou em Lisboa, se encarregassem dos negócios inerentes à instituição.

Portanto, ao rei cabiam os plenos poderes de insuflar ou asfixiar tão imprescindível órgão de elevação cultural, que na pessoa do seu reitor se fazia representar.

Convém, já agora, dar uma ideia das obrigações que o poder central delegava na figura do reitor universitário. Assim, ele era o representante directo do rei (4), competia-lhe fiscalizar o cumprimento dos Estatutos, convocar e presidir aos conselhos e congregações, assim como aos actos e disputas, fossem elas públicas ou privadas. Deveria ser informado, pelo Conselho dos Estudantes, acerca do modo como os lentes dão as aulas e cumprem as obrigações dos Estatutos. Como se isso não bastasse, em cada trimestre tinha por obrigação assistir às lições a fim de poder constatar, *in loco*, se eles lêem em Latim ou se expõem verbalmente as matérias. Mas, o que era mais importante ainda, verificava se os docentes orientavam as suas exposições para o estudo dos «modernos» em detrimento dos antigos, se faziam a exegese de textos de linha escolástica, se davam apontamentos nesse sentido (a famosa e indispensável apostila), etc, etc...

Portanto, o reitor tinha a incumbência de vigiar os professores não só pela qualidade como também pelo conteúdo ideológico das suas lições, tarefa que nos permite compreender o xenofobismo que os peripatéticos jesuítas sentiam pelas ideias inovadoras dos empiristas da Europa protestante. Mas, o «reitor polícia», não deitava os seus olhares só pelos professores, antes os estendia igualmente sobre os estudantes. Deste modo, procurava estar a par da vida privada dos seus discípulos a fim de evitar quaisquer escândalos de ordem moral, emiscuamento ou desordens, tanto no recinto da Universidade como na urbe, e repreendê-los pelo seu desleixo académico que se reflectia na falta de aproveitamento. Caso os estudantes excedessem os limites da tolerância do reitor, este tinha poderes para os expulsar da Universidade.

Quanto ao aspecto financeiro, competia

ao reitor a aprovação das despesas necessárias ao bom funcionamento da escola, desde que estas não ultrapassassem os 1000 réis mensais ou os 12 000 réis anuais.

Em síntese, eram estas as obrigações que cabiam ao reitor de uma Universidade como Coimbra, e através delas vemos que o seu papel era mais o de coordenador, até porque não lhe eram permitidas grandes arbitrariedades visto que o Governo real desta instituição recaía na alçada de quatro organismos competentes, a saber: Conselho de Conselheiros, Conselho de Deputados, Claustro e ainda o Claustro Pleno. Só para satisfazermos a curiosidade de quem nos lê, vejamos em que consistia cada um destes órgãos.

Ao Conselho dos Conselheiros cabia todos os assuntos relacionados com o método escolástico, ou seja, com a orientação pedagógica que se impregnava nas disciplinas e programas a serem administrados aos alunos. Para tal, reuniam mensalmente o que lhes permitia estar a par da efectiva concretização das linhas programáticas que, anualmente, eram neste órgão estipuladas. Estes conselheiros, tal como o reitor, visitavam com certa assiduidade (pelo menos uma vez por trimestre) as várias faculdades, onde assistiam às aulas dos lentes, tomando naturalmente em devida nota a maneira como estas eram dadas. Este serviço da inspecção, anulava praticamente qualquer veleidade «modernista», pois que, entre os alunos, os conselheiros tinham, logicamente, os seus informadores. Convém esclarecer que este órgão de gerência pedagógica era composto unicamente por 16 efectivos distribuídos por 8 vogais (eleitos anualmente), 2 teólogos, 2 canonistas, 2 legistas, 1 médico e 1 mestre de Artes.

O Conselho de Deputados, que reunia quinzenalmente, tinha por incumbência a administração da fazenda universitária, o que equivale a dizer que este órgão não era mais do que uma junta administrativa, da qual faziam parte 4 lentes, 4 não-lentes e 1 mestre de Artes, eleitos anualmente a fim de evitar as corrupções, o que, provavelmente, não seria muito difícil de acontecer.

Quanto ao Claustro, a sua convocação



*D. João III. Foi a seu convite que os Jesuítas entraram em Portugal, onde dominariam o ensino em todos os seus graus durante dois séculos*

dependia do reitor e, naturalmente, só se efectivava quando fosse imprescindível proceder à eleição ou promoção de pessoas para determinados cargos, dentro da Universidade ou dentro do seu património fundiário. Procedia-se do mesmo modo à execução de assuntos de certa gravidade relacionados com o poder central, seja o temporal de Lisboa, seja o espiritual de Roma. Deste órgão faziam parte conjunta o Conselho de Conselheiros e o Conselho de Deputados, a eles se associando os lentes de Prima e Véspera das quatro faculdades.

O Claustro Pleno, era considerado o órgão máximo da escola e reunia-se a pedido do reitor sempre que se registassem assuntos de enorme gravidade e elevada importância; por exemplo, incompatibilidades ou alterações de órgãos ou pessoas para com a figura do reitor, projectos de reforma dos Estatutos, obras de melhoramento da instituição que movessem elevados cabedais, divergências ou litígios para com a cidade, criação de cadeiras, etc...

Para além destes colégios de gerência pedagógico-administrativa, existia ainda, no seio da instituição, um quadro de funcionários cuja nomenclatura cheira ao mofo medievalista da primeira dinastia.

Assim, temos em primeiro lugar, na escala hierárquica, a figura do Cancelário, seguida pela do Chanceler, do Conservador, do Secretário, do Escrivão do Conselho, do Mestre de Cerimónias, do Escrivão da Fazenda, do Escrivão da Receita e da Despesa, do Escrivão de Contos, do Escrivão das execuções, do Ouvidor das Terras e Coutos da Universidade, dos dois Almotacés, dos dois Taxadores, do Síndico, dos três Bedés e, por fim, do Meirinho.

Como se pode constatar, trata-se de uma lista escalonada composta por vinte funcionários, cujas atribuições e competências nos escusamos aqui de referir a fim de encurtar esta longa exposição, de que nos temos vindo a servir, para demonstrar que uma Universidade não se resume unicamente ao que lá se aprende.

## A Composição Pedagógica das Faculdades Maiores

O ensino universitário dividia-se pelas chamadas Faculdades Maiores, das quais faziam parte a de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, cujos espaços programáticos passo de seguida a examinar.

Considerada como a menina bonita dos estudos universitários, a Faculdade de Teologia abarcava quatro cadeiras nucleares designadas pela nomenclatura das horas canónicas: a de Prima, de Véspera, de Testia e de Noa. Para além destas, que eram as principais, existiam ainda três outras cadeiras de menor importância (as chamadas catedrilhas), conhecidas pelo nome das matérias nelas ensinadas (5). Refira-se que, na cátedra de Prima lia-se exclusivamente a obra de Pedro Lombardo «*O Mestre das Sentenças*», na de Véspera a obra de S. Tomás de Aquino, «*Summa Theologia*», na de Terça a Sagrada Escritura e na de Noa lia-se Escoto (6).

Relativamente ao ensino de Cânones, o nosso país reunia já longa tradição neste domínio e, sobretudo, grande prestígio além-fronteiras, nomeadamente nas Universidades de Bolonha, onde no século XIII se havia notabilizado o silvense João de Deus (7) e o arcebispo de Braga, Silvestre Godinho. Ao tempo da implantação definitiva da Universidade em Coimbra, celebrizaram-se igualmente com ecos no estrangeiro alguns professores que pela sua eloquência merecem o nosso reparo, como, por exemplo, Martinho Azpilcueta, o doutor Navarro, Diogo de Covarrubias, Manuel da Costa, Jaime de Morais, Luís Correia, António Homem, André Bernardes Aires, Luís Guedes Carneiro e tantos outros (8).

Do seu programa universitário faziam parte 5 cátedras e 2 catedrilhas, cabendo à de Prima e à de Véspera o estudo das Decretais, à de Terça o Decreto, à de Noa o sexto das Decretais, e, sem designação canónica, a cátedra de Clementinas. Quanto às catedrilhas, estas versavam as Decretais e as Clementinas.

A Faculdade de Leis, onde era comenta



S. Tomás de Aquino (aqui representado na interpretação de uma das suas visões, por Sassetta), forneceu, com a sua «*Summa Theologiae*», matéria de estudo universitário durante séculos

do o «*Corpus Iuris Civilis*», baseava-se num programa de 8 cadeiras, a saber: «na cátedra de Prima estudava-se o *Digesto Esforçado* ou *Infortiatum*, na de *Véspera* o *Digesto Novo*, na de *Terça* o *Digesto Velho* e na de *Noa* os *Três Livros*. Havia, além disso, duas *catedrilhas de Código* (uma que se lia depois do *Digesto Velho* e outra após a lição de *Véspera*) e mais duas de *Institutas* (uma à hora de *Terça* e outra antes da aula de *Véspera*)» (9).

No que toca à Medicina, o seu estudo estendia-se por um período de seis anos ao longo dos quais se estudavam seis cadeiras, cabendo a de Prima à docência do mais idóneo doutor da Faculdade, que desde o primeiro ao último ano acompanha os seus discípulos.

A cátedra de Prima versava unicamente a obra de Galeno, com especial atenção para o «*Tegne*» (que era analisado nos três primeiros anos do curso) e para os livros «*De Locis Affectis*»; no 4.º ano lia-se os livros «*De morbo*», no 5.º ano «*De differentiis febriam*», e no 6.º ano os três livros que compõem o «*De simplicibus*».

A cátedra de *Véspera* alargava-se pelos primeiros cinco anos do curso, e nos dois primeiros lia-se os «*Aforismos*» de Hipócrates, no terceiro o «*Novo ad Almansorem*» da autoria de Razi e, finalmente, nos quarto e quinto anos lia-se os livros «*De ratione victus*», «*Epidemias*» e «*Propustivo*».

A cátedra de *Terça* tinha, igualmente, uma duração de cinco anos e compreendia exclusivamente o estudo das obras de Avi-

cena. Os três anos iniciais eram dedicados à leitura de dois livros: «*Feu prima quarti*» (das febres) e «*Feu quarta*» (da medicação em geral). A seguir, nos quarto e quinto anos, estudava-se o «*Feu prima primi*» (do objecto da medicina, dos humores, dos membros, etc.) e a «*Feu secunda primi*» (das doenças, suas causas, etc.).

A cátedra de Noa, correspondia ao estudo da Anatomia e alongava-se, igualmente, pelos cinco primeiros anos do curso. Estudava-se, exclusivamente, Galeno através da leitura de 16 obras da sua autoria agrupadas sob a designação: «*De uso partium*». Ao professor, além de analisar os livros de Galeno, competia orientar 2 sessões de cirurgia por semana e «*fazer anatomia de membros particulares seis vezes cada ano, e três gerais*». Quanto às catedrilhas, estas mais uma vez se debruçavam, ao longo de cinco anos, sobre outras obras assinaladas por Galeno. Em suma, este curso de Medicina era, praticamente, dedicado ao estudo da obra de Galeno, pelo que talvez fosse mais correcto chamar-lhe curso de Galeno em vez de curso de Medicina (10).



O filósofo árabe Avicena

## O Método Escolástico

A História da Pedagogia em Portugal é intrinsecamente escolástica, interrompendo-se a sua linha de curso na 2.ª metade do século XVIII, precisamente com a reforma de Pombal. Portanto, no fundo, as culpas que tradicionalmente se atribuem aos jesuítas de serem eles os responsáveis pela situação caótica do nosso ensino, não correspondem, totalmente, à verdade. Não queremos com isto ilibar os inicianos, mas antes procurar compreender que a fundação da Companhia remonta ao século XVI e que, nessa altura, em Portugal já existiam escolas e universidades onde o método aristotélico-tomista era praticamente uma instituição inabalável (11).

Mercê da «Reconquista Cristã», aqui se fixaram várias ordens religiosas, umas de carácter militar outras de carácter evangelizador e assistencial. Especialmente destas últimas nasceram as primeiras escolas monásti-

cas, se bem que a documentação conhecida nos prove a existência de algumas escolas-catedrais, cuja fundação é anterior à nacionalidade (12). Mas o importante é que «*nos primeiros tempos da História de Portugal todo o pensamento é escolástico, como não poderia deixar de ser, e resulta da influência das ordens religiosas e da formação eclesiástica dominante. Na maior parte destes casos não há propriamente individualização nem originalidade, mas confirmação de adesão às intenções doutrinárias admitidas a partir da solução dada ao problema da origem das ideias gerais ou universais*» (13).

Os jesuítas quando se instalaram no nosso país (1540), depararam com um ensino universitário instituído há mais de 250 anos, e definitivamente fixado em Coimbra (1537), versando matérias como Teologia (14), Direito Canónico, Direito Civil, Medicina e «*humans breves Mathematicas, communis de Aristémica, Geometria, Perspectiva*» (15). Refira-se, ainda, que só 15 anos

depois da sua chegada é que os jesuítas se imiscuíram no ensino, pois que D. João III os encarregou de orientar pedagogicamente o Colégio das Artes.

Recorde-se que, a polémica gerada à volta deste internato, entre os «Bordaleses», de André de Gouveia, e os «parisienses», de Diogo de Gouveia, vieram a permitir a interferência do braço inquisitorial que prendeu João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanan, todos eles pertencentes ao grupo do Colégio de Guiena em Bordéus. Com a expulsão destes dois camaradas, o grupo dos «bordaleses» deixou de ter ambiente de trabalho, esbatendo-se lentamente o prestígio que, até então, reuniu à sua volta. Perante tão delicada situação, D. João III ordenou a entrega do Colégio ao inaciano Diogo Mirão, iniciando-se nova polémica entre os padres e a Universidade que só terminariam com a Reforma Pombalina, a qual por razões de espaço e tempo não vamos aqui focar (16).

Refira-se que estava nos propósitos dos inacianos, «*rever Aristóteles, estabelecer rigorosamente o texto grego, organizar a tradução latina e propor as 'questões' que tomando conta das opiniões divergentes, preparassem o estudioso para assumir a posição conveniente sem dogmatismo*» (17), tarefa essa a que deitaram mãos Pedro da Fonseca, Manuel de Góis, cujas obras publicadas obteriam «*numerosas edições nos meios mais cultos da época, como Lião, Colónia, Veneza, Móguncia e Estrasburgo. (...) Os grandes nomes da filosofia do século XVII deixaram expresso o seu testemunho sobre o valor da obra, em especial Descartes e Leibniz*» (18).

Por aqui se vê que os jesuítas tinham uma certa aceitação e que entre os seus religiosos se contava alguns nomes de grande vulto e talento, que procuraram dar ao aristotelismo uma visão mais aproximada dos tempos modernos. Porém, isso não foi o suficiente pois a acentuada insistência na conservação do método escolástico (numa época em que as teorias de Copérnico e Galileu revolucionavam o mundo da ciência e da filosofia europeia), levou ao esclerosamento do ensino e à impermeabilidade da Universi-

dade às novas teses físico-matemáticas, apodadas pelos inacianos de heresias puníveis com a fogueira.

Perante uma situação de franco conformismo da parte da superestrutura política e de total perseguição às ideias novas, a Universidade entrou em lenta e agoniosa decadência, de cuja letargia só viria a ser despertada pelo governo de Pombal.

Posto isto, vejamos em que consistia concretamente o método utilizado pelos inacianos na «sua» Universidade de Coimbra.

O período escolar iniciava-se exactamente em 2 de Outubro e terminava a 31 de Julho, e durante todo esse tempo o aluno tinha de suportar diariamente a assistência a todas as disciplinas do curso, cujas aulas duravam em média 60 minutos, excepto a de Prima que se estendia por uma hora e meia. Veja-se, portanto, o grau de saturação a que estes pobres desgraçados deveriam de chegar, caso efectivamente seguissem à risca a norma escolar, o que, como sabemos através das críticas de Ribeiro Sanches e Verney, nem sempre se verificou.

Entre as Catedrilhas e as cadeiras maiores, o método era igual (apesar dos ordenados auferidos pelos mestres serem diferentes), imperando, como atrás vimos, o seu carácter livresco acompanhado de uma explicação verbal apoiada no texto, indicando várias soluções para depois as eliminar uma a uma até chegar àquela que lhe interessa, isto é, à que está mais de acordo com o pensamento do «grande estagirita». Naturalmente, um método deste tipo baseado na memorização, promoveu o gosto da perspicácia e da subtilidade pelas acaloradas disputas em que se envolviam os mestres, embora com isso em nada enriquecessem a ciência. Como se apercebesse disso, D. João III prescreveu nos seus Estatutos de 1559 esses estereis abusos da erudição, aconselhando a que «*quando se lerem algumas matérias ou questões, em que há opiniões, estudam-nas em suas casas muito bem, em modo que vão nelas resolutos, pera as haverem de ler, e se poderem resolver na parte que lhes parecer verdadeira. E não curarão de gastar o tempo em referir muitas opiniões de doutores; somente referirão duas ou três, as que mais*

*principais lhes parecerem; e resolver-se-ão na que lhes parecer mais verdadeira, fundando-a e corroborando-a pelos melhores fundamentos e razões que houver por aquela parte que tomarem respondendo aos principais da parte contrária, procurando de dizer muitas conclusões e doutrinas em uma lição (19).*

As aulas eram pronunciadas em Latim, e sempre baseadas na leitura de textos, prescrição a que nem os lentes das Faculdades de Cânones e Leis se podiam escusar. Por cada texto se perdiam média 4 lições, pois que aos mestres não era concedida a autorização de ditar as lições, e por isso as realizavam de forma pausada e lenta, permitindo assim aos alunos a tomada de apontamentos. Esta vagarosidade estava prevista nos Estatutos, e quem não a cumprisse podia ser multado por prevaricador. As matérias a serem ensinadas estavam exaradas nos Estatutos e aos catedráticos não era permitido meter «buchas» de espécie alguma. Além disso, para que a Universidade tivesse consciência do valor dos seus docentes, exigia que estes dessem anualmente uma aula pública, com a duração de uma hora, versando qualquer tema do programa à sua escolha. Em seguida, estava aberta a sessão das argumentações que consistia na crítica que três professores da respectiva Faculdade lhe moviam e que o prelector teria de esclarecer, defender ou rejeitar.

Em breve síntese, a escolástica consiste numa especulação sobre as verdades reveladas, procurando defini-las e clarificá-las. A sua origem remonta à filosofia aristotélica, que por volta do século XIII foi acimentada pela acoplação da filosofia de S. Tomás de Aquino. Os grandes defensores da escolástica foram os jesuítas, que viram nela uma fonte de combate ao espírito renascentista da Reforma Luterana que, como sabemos, preconizava o livre arbitrio da Igreja e do ensino e, o que era mais pernicioso para os conservadores romanos, a sujeição do poder espiritual ao poder temporal.

Rejeitando esta ideia e procurando recuperar os alunos perdidos por esse mundo fora, St.<sup>o</sup> Inácio de Loyola pede ao Papa Paulo III a bênção e reconhecimento da sua Com-

panhia, que se denominaria de Jesus. Filosoficamente estes padres são tomistas por influência de Pedro Lombardo, cuja obra era lida, como já dissemos, na Faculdade de Teologia. Porém, como estávamos numa época de franco desenvolvimento das humanidades, os congregados resolveram dar ao tomismo uma nova leitura, servindo-se para isso das Escrituras e das interpretações que delas davam os Papas e os Concílios, nascendo assim aquilo a que na História da Igreja se chamou a «Teologia Positiva». Efectivamente, à teologia positiva não interessa discutir sobre os problemas que dizem respeito à salvação da alma, mas antes fortalecer o amor em Deus, através do contacto com a Bíblia, as encíclicas Papais e a História da Igreja em si mesma. Assim nasce o gosto pela exêgese da qual resultaria a Patrística e a Patrologia.

O ódio que estes homens nutriam pelo protestantismo fez da Inquisição a sua principal arma, proibindo a entrada em Portugal de indivíduos que não fossem católicos, assim como quaisquer livros que fossem escritos em línguas da reforma — Inglês, Alemão e Francês — o que ficou perpetuado nos famosos índices Expurgatórios. Quando D. João III cometeu a burrice de depositar o ensino na mão dos inacianos, a cultura portuguesa ficou imediatamente arredada da crítica, da análise e do debate franco e aberto das novas ideias. Ao estudante português, que desse entrada na Universidade, era-lhe colocado um par de antrolhos que o obrigavam a reter a atenção na leitura de gregos e latinos, com séculos de senilidade, que permitiram a inactualidade dos nossos conhecimentos e, conseqüentemente, a esterilidade dos nossos estudos superiores. Refira-se, por exemplo, que um edital do Colégio das Artes, datado de 7 de Março de 1746, advertia os professores contra a filosofia moderna estabelecendo que «*nos exames ou lições, conclusões públicas ou particulares, se não ensine defensão ou opiniões novas pouco recebidas ou inúteis para o estudo das sciencias maiores, como são as de Renato Descartes, Gasendo Neptono (Newton) e outros, e nomeadamente qualquer sciencia que defenda os actos (atomos) de Epicuro ou negue as*

NICOLAI COPERNICI

net, in quo terram cum orbe lunari tanquam epicyclo contineri diximus. Quo nro loco Venus nono mense reducitur. Sextum denique locum Mercurius tenet, octuaginta dierum spacio circumcurrere. In medio vero omnium refidet Sol. Quis enim in hoc



pulcherrimo templo lampadem hanc in alio uel meliori loco poneret, quam unde totum simul possit illuminare: Siquidem non inepte quidam lucernam mundi, alij mentem, alij rectorem uocant. Trimegistus uisibilem Deum, Sophocles Electra intuentē omnia. Ita profecto tanquam in folio regali Sol refidens circum agentem gubernat Aethrorum familiam. Tellus quoque minime fraudatur lunari ministerio sed ut Aristoteles de animalibus ait, maximam Luna cum terra cognationē habet. Cōipit interea à Sole terra, & impregnatur auno partu. Inuenimus igitur sub

O sistema universal de Copérnico numa página do livro «De Revolutionibus Orbium Coelestium» (1566)

realidades dos accidentes eucharisticos ou outras quaesquer conclusões oppostas ao systema de Aristóteles, o qual n'estas escholas se deve seguir, como repetidas vezes se recomenda nos Estatutos d'este Collegio das Artes» (20).

Esta intenção, marcadamente reaccionária, confirma o espírito anti-reformista destes guardiões da tradição eclesiástica, cuja acção na Península Ibérica contribuiu para a modelação das consciências, e das ideias tornando-se, na sua generalidade, uma comunidade sagrada adversária de quaisquer modernismos. Nesta ordem de ideias, o jesuita foi um elemento nocivo à cultura nacional, por causa da sua teimosia sectária, pela insistência no método escolástico e pela repressão às novas teses científicas que, com Bacon, Newton e Kepler, se vinham desenvolvendo nas escolas da Europa setentrional.

Não podemos esquecer que «todo o ensino jesuítico se inspira na concepção de que a liberdade devia ser substituída pela obediência: de que à inteligência o exame crítico, o espírito de análise eram perturbadores e, por isso, que a atitude certa e piedosa, diante de Deus, era a confiança. Consequentemente, que a consciência não podia, sem se fazer anárquica, prescindir do confessorário, e acatá-lo, e segui-lo; que a religião e a comunhão entre o Homem e Deus, entre a alma e o Criador, impunham um «préstimo mecânico». Tudo isso matando a vida psicológica das faculdades individuais, a personalidade íntima do homem, sob um regime de movimentos automáticos dado pelo ensino» (21).

Os Jesuítas, não são os obreiros do obscurantismo português, essas responsabilidades devem se assacar antes ao Estado, que nem no tempo de Pombal conseguiu emprender uma politica de ensino capaz de elevar a letárgica mente humana. Mas, foram incontestavelmente os Jesuítas os causadores da decadência dos povos peninsulares que Antero, na homónima conferência do Casino Lisbonense proferida a 27 de Maio de 1871, traçou o seguinte libelo acusatório:

«A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores sucede a tribo vulgar dos eruditos sem critica, dos académicos, dos imitadores. Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia (...) cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovidio. (...) Nos últimos dois séculos não produziu a península um único homem superior, que se possa pôr ao lado

dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante duzentos anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibnitz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português?» (22).

## A situação do ensino universitário na Europa de setecentos

Esta notória decadência, a que se refere Antero de Quental, não era unicamente apanágio do nosso ensino universitário, na medida em que também nos outros países europeus as críticas que alguns pedagogos teciam em volta da situação académica eram bem notórias do atraso que se vivia em pleno século XVIII.

Se caracterizávamos a Ibéria como o «Reino da Estupidez», o que haveríamos de dizer, por exemplo, da França onde segundo Liard a maior parte das 22 universidades não possuíam mais do que duas Faculdades e até algumas havia com somente uma, pelo reduzido número de inscritos naquele nível de ensino. Mas, ouçamos o que ele tem para nos dizer acerca da falta de conhecimentos dos mestres e da falta de estruturas pedagógico-didáticas, tão fundamentais ao ensino superior:

*«Raras têm bibliothecas: mais raras ainda são as collecções scientificas. A Universidade de Medicina de Montpellier não tem gabinete de anatomia; não tem bibliotheca; os seus estudantes estavam reduzidos a alugar aos bedéis os livros necessários para o seu estudo. Custa a acreditar que o exemplar do*



Nicolau Copérnico

*Corpus juris civilis, comprado em 1789 pelo professor de Bordéus, formava toda a sua livraria (...) o antigo regimen não teve uma verdadeira noção do ensino superior; n'estas Universidades de dois andares, em nenhuma d'ellas existia um alto ensino ds letras, das sciencias, do direito e da medicina; a Faculdade das Artes não dava mais do que uma instrução preparatória, e as Faculdades superiores, sobretudo o Direito e a Medicina, obedeciam a vistas strictamente pessoas» (23).*

Bem vistas as coisas, o busílis da questão reside, frequentemente, no facto destas Universidades se erigirem fundamentalmente viradas para o ensino da Teologia, que por inércia acabavam por abrir outros departamentos de estudos virados para as ciências ou para as artes. Contudo, a superestrutura era geralmente eclesiástica e o método a seguir, por exigência da reitoria, não deveria exceder os trâmites e os pensamentos da Igreja. Se não fosse o cartesianismo dos jansenistas de Port-Royal, que ao tempo de Pascal deram um grande salto no caminho



Sala de Geometria da Universidade de Cracóvia, onde Copérnico estudou

das ciências experimentais, estamos em crer que a situação caótica do ensino em França não andaria muito distante da que se verificava em Coimbra. Atente-se, por exemplo, nas críticas tecidas nesse sentido pelos mais eminentes filósofos do século XVIII gauleses, com especial destaque para Fleury, Voltaire, Rousseau e Diderot que acusavam a Universidade de Paris de tão caótica como quando foi fundada, não se registando portanto sensíveis progressos científicos.

Todavia, na Inglaterra, o panorama não era francamente melhor do que aquele que se vivia em França, senão vejamos o que Renan pensa acerca do ensino no seu país:

*«Não se pode dizer que em Inglaterra um tal regimen produzisse resultados de primeira ordem. Oxford e Cambridge tiveram nos séculos XVII e XVIII homens eminentes, mas não foram o teatro de nenhum grande movimento. Estas velhas instituições acabaram por se adormecerem em uma rotina, em uma ignorancia, em um esquecimento dos grandes interesses do espirito, que se julgariam incuráveis se a Inglaterra não pos-*

*suisse nas suas liberdades, no acordar e na actividade dos individuos o remedio para todos os males» (24).*

Parece incrível, mas os ingleses tão tradicionalistas como isso, permaneciam impermeáveis aos próprios progressos científicos manifestados intrafronteiras, nomeadamente no campo da industrialização. A Universidade fechou as portas à experimentação e ao pragmatismo, preferindo continuar a navegar nas águas tumultuosas das acareações teóricas do espirito livresco e da «erudição».

Na Alemanha luterana, a abertura às novas ideias era nitidamente visível, não só pelo seu espirito reformista como também pela liberdade didáctica de que gozavam os professores, pela difusão dos colégios de ensino privado, onde sobretudo os alunos não eram sujeitos à castrante clausura, e pelo alargamento dos quadros pedagógicos. Contudo, o celeberrimo autor do «Dr. Fausto» quando estudou na Universidade de Leipzig confessava que:

*«Nenhum dos seus professores exerceu sobre elle uma séria influencia. — Elle accu-*

sava o professor de philosophia de decompôr com muitissimo cuidado as operações as mais simples do espirito, e de não ensinar quasi nada aos discipulos sobre as mais altas questões, sobre a existência, sobre o mundo, sobre Deus. — O curso de direito pareceu-lhe a simples repetição do que aprendera em casa de seu pae e que inculira na memoria. — Os proprios cursos de Letras não lhe inspiravam o interesse que esperava. Ernesti, o sábio Ernesti, o editor e o commentador de Cicero, explicava habilmente os textos, mas sem se elevar a nenhuma consideração geral, sobretudo sem assentar nenhum principio litterario, regra alguma de gosto. Um espirito que procurava a sua via, como o de Goethe, não tirava proveito bastante de um ensino muito grammatical, muito fechado em questões de erudição. Era uma excellente ocasião para aprender a ler bem Cicero, em vez de adquirir um juizo são sobre cousas litterarias. Gellert, escriptor celebre e ao mesmo tempo professor, teria sido mais capaz de formar o gosto dos seus ouvintes. Imprimia, porém, às suas lições um character exclusivamente moral, e preocupava-se principalmente de dirigir para o bem o seu publico, e no excesso do seu zelo religioso accusava a poesia como uma occupação frívola» (25).

Recorde-se que, Goethe era um dos espiritos mais ilustrados da sua época e um profundo conhecedor dos progressos científicos que se vinham desenvolvendo no campo das ciências fisico-químicas, tema que ele, aliás, aproveitou para recriar na personagem do «Dr. Fausto».

Relativamente a Espanha, já agora, convém dar também uma imagem do seu atraso no campo do ensino. As fontes da triste situação são tão escassas, que por razões de espaço nos limitamos a citar as más fáceis de consultar. Por exemplo, quando Carlos III promulgou a reforma do ensino superior, imediatamente se fez ouvir a voz da reacção fradesca de Salamanca, que respondendo ao monarca afirmaria que «nada ensena Newton para hacer buenos logicos ó metafisicos; y Gassendi y Descartes no van tan acordes como Aristoteles con la verdad revelada» (26).

Mostrando-se adverso à inovação intelectual, o ensino era vitima da ignorância dos seus próprios mestres como no-lo afirma o padre Feijó: «una especie de ignorantes perdurables, precisados á saber sempre poco, no por otra razon, sino porque piensan que no hay más saber que aquello poco que saben...» (27).

Este comodismo de pseudo-sábio lançou a Espanha numa letargia esclerosante que envergonhava os seus próprios naturais, como, aliás, se pode atestar pelas palavras do Marquês de Enseñada que publicava ao seu monarca, Fernando VI, por uma reforma dos estudos. São dele as seguintes afirmações:

«No sé que haya catedro alguna de derecho publico, de fisica experimental, de anatomia y botanica. No hay puntuales cartas geograficas de reino y del sus provincias, ni quien las sepa grabar, ni tenemos otras que las imperfectas que vienen de Francia y Holanda. De esto proviene que ignoramos la verdadera situacion de los pueblos e su distancia, que és una verguenza» (28).

O método escolástico mereceu, igualmente, da parte de funcionários régios o seu veemente reparo, cujas criticas se mostram imbuidas de grande saudosismo pelo extraordinário florescimento que no século XVI as universidades espanholas experimentaram:

«Desapareció el buen gusto, se extinguió la elocuencia, se olvidó la critica, se hizo despreciable el estudio de las lenguas, las ciencias experimentales cayeron en descrédito, las artes amenas eran desestimadas de los que criados en la tosquedad escolastica, solo creian bueno lo que servia para disputar en latin bárbaro, reduciendo todo á opinion. El saber se cifró todo en depositar en la memoria grande acopio de textos y opiniones para el uso de las profesiones, ó en ventilar con furor poco menos que militar, cuestiones al estilo de la Metafisica arabe, que servian grandemente para vocear mucho, y más tratarse de herejes unos á otros los disputadores» (29).

Merece uma leitura atenta este brilhante «Informe» datado de 1788, exarado pelo



Pascal: sem a acção dos jansenistas o ensino em França não seria muito diferente do de Coimbra

punho do fiscal D. Juan Pablo Forner, o qual nos dá uma ideia do avanço pedagógico da Reforma Pombalina, não só no seu conteúdo programático, como até no tempo histórico a atestar pelo referido documento espanhol.

Para terminar, não podemos deixar de citar um extracto da «Republica Literária» da autoria do espanhol Saavedra Fajardo que num tom irónico traça o quadro geral da pedagogia universitária em pleno século XVIII:

*«Grande era o ruído dos estudantes. Uns com outros altercavam, os rostos afogeados, em descompostos gestos. Porfiavam todos e nenhum se dava por convencido; o que me fez conhecer quam acertado era o geroglyfico dos egypcios, que significavam as escolhas por uma cigarra. Em algumas Universidades não correspondia o fructo ao tempo e ao trabalho. Era maior a presumpção do que a sciencia; era mais o que se duvidava do que o que se apprendia; o tempo, e não o saber, dava os grãos de bachareis, licenciados e doutores, e ás vezes unicamente*

*o dinheiro, concedendo em pergaminhos magnificos, com chumbos pendentes de fios, faculdade á ignorancia para poder explicar os livros e ensinar as sciencias e achar-se em um d'estes grãos» (30).*

## Notas

(1) Cf. *Dicionário de História de Portugal*, artigo «Jesuita», Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. III, p. 589.

(2) Sobre a acção missionária dos inicianos, remetem o leitor interessado para as seguintes obras da especialidade: Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado*, Lisboa, 1910; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950; Acácio Casimiro, *Expansão e Actividade da Companhia de Jesus nos Domínios de Portugal (1540-1940)*, Porto, 1949; Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 7 vols. Porto, 1931-1950.

(3) Na realidade a nomeação do reitor competia ao monarca, todavia o despacho régio era precedido pela apresentação de um candidato aprovado por um claustro eleitoral do qual faziam parte o reitor, vice-reitor, os lentes de prima e véspera das quatro Faculdades, quatro catedráticos, um deputado que não fosse lente e um conselheiro. Este claustro organizava uma lista tríplice da qual não podiam constar os nomes de lentes em exercicio, mas antes os de fidalgos doutores, de nome limpo, sem raça e de alta erudição. Após a eleição, que deveria ser feita no fim de Junho, solicita va-se ao rei o seu consentimento, o que permitia ao candidato gerir os negócios da Universidade por um espaço de três anos.

(4) Nem sempre isso aconteceria, pois, como já dissemos, ao rei se reservava o poder de nomear um visitador, inspector ou reformador que detinha plenos poderes de nomeação e exoneração de cargos e pessoas assim como outras determinações que achasse indesejáveis. Portanto, nessas alturas o reitor perdia toda a sua autoridade e representação. Felizmente para ele, a nomeação de um visitador ou reformador era apenas temporária.

(5) Estas catedrilhas estavam associadas às cadeiras maiores e serviam geralmente para se ler a obra doutrinal de um teólogo que dava o seu nome à própria disciplina. Temos assim que, na cátedra de prima a catedrilha era de Durando, na véspera era a de Escrituras, na de terça umas vezes era a catedrilha de S. Tomás outras de Gabriel Biel e ficava se por aqui, pois estas catedrilhas eram trienais.

(6) Cf. Manuel Augusto Rodrigues, «Teologia em Portugal», in *Dicionário de História de Portugal*, op. Cit., vol. IV, pp. 150-155.

(7) João de Deus, que foi arcebispo de Lisboa, indu

ziu em erro o nosso grande Diogo Barbosa Machado que na sua *Biblioteca Lusitana — História, Crítica e Cronologia*, Lisboa, 1741, vol. II, p. 585, dá-o como sendo natural de Lisboa o que não corresponde à verdade. A prova de que João de Deus é algarvio encontra-se na Biblioteca do Vaticano cuja descoberta se deve ao erudito historiador franciscano, Doutor António Domingos de Sousa Costa, a quem dedicou aliás a sua tese de laurea em Direito Canónico. Sobre este assunto aconselhamos a leitura das únicas obras que conhecemos sobre João de Deus, e que naturalmente são da autoria do padre Domingos Costa: *Doutrina Penitencial do Canonista João de Deus*, Braga, Editorial Franciscana, 1956; e *Um Mestre Português em Bolonha no século XIII, João de Deus*, Braga, Editorial Franciscana, 1957.

(8) Cf. A. D. Sousa Costa, «Cânones, ensino de» in *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., vol. I, pp. 458-460. Porém, o melhor artigo do Dicionário pertence ao catedrático Mário Júlio de Almeida Costa e intitula-se «Leis, Cânones, Direito», vol. II, pp. 675-695.

(9) Cf. *Dicionário de História de Portugal*, art.º cit., p. 680.

(10) Infelizmente a História do Ensino Médico em Portugal encontra-se de certo modo por fazer, na medida em que terá de ser realizado um trabalho de conjunto entre médicos, historiadores, sociólogos, psicólogos e outros especialistas do campo das ciências humanas e sociais, por forma a procurar conhecer se as instituições de caridade, assistência, ensino, etc., que desde a nacionalidade até aos nossos dias se foram desenvolvendo. Cremos, até, que no «milieu» dos curandeiros, dos bruxos, das feiticeiras, dos boticários, dos barbeiros, etc. estará um interessante campo de investigação ao dispor de quem lhes queira deitar a mão. Apenas a título de informação, aconselhamos a leitura da obra que nos parece mais aceitável do ponto de vista da investigação histórica, apesar de haver sido escrita há quase um século: Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal. Doutrina e Instituições*, Lisboa, 1899.

(11) «A corrente aristotélico-tomista, resulta da aplicação da lógica, no seu propósito racional de demonstração, às verdades da teologia em si não demonstráveis, foi a dominante em Portugal. O seu método silogístico e dialéctico pretendia a ordenação hierárquica dos conhecimentos e sistematizar a 'filosofia da escola' que servisse a refutação das divergências de carácter herético que se manifestavam na época»; in *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., vol. II, p. 76.

(12) Através de um documento datado de 1 de Maio de 1072, tivemos conhecimento da formação de quatro alunos na Escola Catedral de Braga e é muito provável que existisse uma outra escola deste tipo a funcionar em Coimbra, pois num documento datado de 1088, respeitante a uma doação de bens da Sé, aparece assinado por um tal Petrus gramaticus, o que nos

leva a supor que este Petrus seria um mestre de gramática na escola da Sé. No mesmo local deveria ensinar em 1131 um mestre-escola chamado D. João Peculiar, pois encontrava-se citado, assim mesmo, como sendo fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Estas e outras informações poderão ser colhidas no livro do P. Avelino Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, vol. I, 1959, pp. 45 e ss.

(13) vide «Escolástica em Portugal», in *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., vol. II, pp. 76.

(14) A cátedra de Teologia deve ter sido aprovada no século XV, em data que desconhecemos muito embora saibamos que uma Bula de Clemente VI, datada de 1384, se reportava já ao mestre Fernando Anes «sacre Theologie professori» e «rectori parochialis ecclesie santi Jacobi de Muza» em Braga. Porém, este documento é bastante lacónico e não nos permite saber se este professor de Teologia dava aulas em Coimbra ou se simplesmente restringia o seu magistério à paróquia bracarense. Cf. *Cartularium Universitatis Portuagalensis*, Lisboa, 1967, vol. I, p. 174.

(15) Serafim Leite, *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1965, p. 317.

(16) Aos interessados no aprofundamento desta polémica entre Bordaleses e Parisienses, e, mais tarde, entre os Jesuítas e a própria universidade, aconselhamos a leitura das obras: Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1933, e *A Inquisição e os Portugueses do Colégio das Artes*, Coimbra, 1948.

(17) «Coninbricensis» in *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., vol. I, p. 669.

(18) Idem, *ibidem*. Para melhor compreender a fama de Pedro da Fonseca e a repercussão que a sua obra teve no estrangeiro, convém ler o estudo de J. Bachelar e Oliveira, «Filosofia Escolástica e Curso Coninbricense», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XVI, Braga, 1960.

(19) in *História de Portugal* (dir. de Damião Peres), 9 vols., Porto, Portucalense Editora, 1935, vol. V, p. 560.

(20) Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, 4 vols., Lisboa, 1898, vol. III, p. 47, também citado por A. A. de Andrade, *Verney e a Filosofia Portuguesa*, Braga, 1947, p. 258.

(21) Cf. Rui Barbosa, *Oração do Apóstolo*, Rio de Janeiro, 1923, p. 29.

(22) in *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 3.ª edição, Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1979, pp. 24-27.

(23) Teófilo Braga, op. cit., p. 138.

(24) Idem, pp. 139-140.

(25) Idem, pp. 140-141.

(26) citado por Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 1973, p. 312.

(27) in *Causas del Atrazo que se Padece en España en orden à las Ciencias Naturales*, cit. por Teófilo Braga, op. cit., p. 141.

(28) Oliveira Martins, op. cit., p. 313.

(29) Teófilo Braga, op. cit., pp. 142-143.

(30) Idem, p. 141.